

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
23 de abril de 2018
Ata n.º 1*



Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; António Jorge Pereira de Oliveira; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; Victor Manuel Santiago Tavares; José Manuel Oliveira Carvalho; Arménio de Almeida Cêrca; Sara Sandra Resende Tavares; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Pedro Machado Pires da Rosa; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; José António Neves Carvalheira; Miguel da Silva Oliveira; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Manuel de Oliveira Reis; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão; Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira; David Faria Pereira Oliveira; José Luís da Silva Almeida; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins; Jorge Henrique da Graça Pereira.

Estiveram ausentes os membros: Paulo André Silva e Silva; Henrique Manuel Morais Diz; José Gonçalo Sarmento de Rebocho Silva e Costa; Elisabete Costa Pequeno.

O Presidente da Mesa informou que os Membros Nuno Pereira (Aveiro), Armando Pinto (Oliveira do Bairro) e Toni Martins (Sever do Vouga) pediram substituição, estando presentes nos seus lugares, Sara Sandra Resende Tavares (Aveiro), José António Neves Carvalheira (Oliveira do Bairro) e Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva (Sever do Vouga).

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2017 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017.

Ponto 3 – Declaração de Recebimentos e Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2017 e Declaração de Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017.

Ponto 4 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até fevereiro de 2018.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2018.

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2018.

Ponto 7 - Relatório Anual 2017 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

Ponto 8 - Apreciação e Votação da Proposta de Nomeação do Auditor Externo responsável pela Certificação Legal de Contas.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior

Vladimiro Silva (Estarreja) requereu uma correção à minuta da ata, na página 3, solicitando que passe a constar “*manifestou críticas às críticas feitas ao recente evento*”.

De seguida, colocou-se à votação a ata da sessão anterior, incorporando a correção apresentada, com o seguinte resultado:

Os membros Sara Sandra Resende Tavares, José António Neves Carvalheira e Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva não votaram, uma vez que não estiveram presentes na reunião da Assembleia Intermunicipal de 11 de dezembro de 2017.

Apreciação e Votação da ata nº 2/2017, de 11 de dezembro, aprovada por unanimidade.



B – Expediente e informações

O Presidente da Mesa informou ter recebido um email do Membro Nuno Barata (Oliveira do Bairro), de 16/04/2018, a solicitar esclarecimentos relativamente ao procedimento de agendamento, pela coincidência com a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro. Foi feita recomendação aos serviços da CIRA que estabeleçam os contactos necessários com os Srs. Presidentes das Assembleias Municipais, para evitar que haja coincidência de agendamentos.

Informou também ter solicitado aos serviços de apoio que peçam às Assembleias Municipais que não indicaram os Membros suplentes, para o fazerem. O Presidente da Mesa complementou o referido na última reunião, relativamente ao previsto no regime das substituições nas Assembleias Intermunicipais: em caso de vacatura, suspensão de mandato ou pedido de substituição, o Membro é substituído pelo Cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, ou, tratando-se de coligação/lista conjunta, pelo Cidadão imediatamente a seguir do partido ou movimento de cidadãos pelo qual foi proposto o Membro que deu origem à vaga. Em situação de coligação, face à impossibilidade de substituição por Membros do mesmo partido ou movimento de cidadãos a que se deva a vaga, recorrer-se-á ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência na lista apresentada pela coligação. Caso a lista eleita para a Assembleia Intermunicipal, no todo ou em parte, não permita a substituição ou substituições, a Assembleia Municipal de origem procede à eleição dos respetivos substitutos.

Relativamente à constituição de Grupos Intermunicipais, com lugares marcados por partidos, informou o entendimento da Mesa, fundamentado no art.º 46º, alínea b, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, julgando-se, em princípio, possível a sua constituição. No caso da nossa Assembleia Intermunicipal, o Regimento não contempla essa possibilidade; deste modo, e havendo manifestação dessa vontade, deve a mesma ser apreciada e decidida. Contudo, existindo um requerimento a comunicar a constituição de um Grupo Intermunicipal, mesmo não estando expressa tal possibilidade no Regimento, atento o art.º 45º, regime subsidiário, teremos de aplicar o disposto no art.º 46º-b da Lei mencionada.

O Presidente da Mesa deu conhecimento de um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, de 19 de março de 2018, relativo às reuniões

extraordinárias das Assembleias Intermunicipais, que não atribui direito ao pagamento de senhas de presença.

C – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) propôs a correção de várias lacunas ao Regimento, designadamente, a inclusão de um período de intervenção do público, a constituição de grupos intermunicipais e de grupos de trabalho. Sugeriu a revisão do Regimento em reunião extraordinária, a ocorrer em junho ou julho, com uma proposta elaborada pela Mesa ou por um Grupo de Trabalho. Referiu as más notícias sobre o CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga, com o aumento dos tempos de espera para consultas da especialidade, sugerindo um acompanhamento especial deste dossiê e a promoção de uma reunião.

Pires da Rosa (Aveiro) congratulou-se pela análise que o Presidente da Mesa fez, após o compromisso assumido, da constituição de grupos intermunicipais e subscreveu a proposta anterior relativamente ao Regimento. Fez uma referência ao 25 de abril e ao aniversário do Partido Socialista, que faz 45 anos. Solicitou informações sobre o estado da Mobilidade na região e que esta deveria ser uma preocupação da CIRA.

Pedro Martins (Ílhavo) sugeriu ao Presidente do CI que não esperasse tanto tempo e interpelasse a administração cessante do CHBV sobre as matérias da saúde. Solicitou esclarecimentos sobre o protocolo celebrado entre o Município de Ílhavo, a Universidade de Aveiro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro para o ECOMARE, na componente de visitação, para jovens, com a componente didática.

Herculano Caetano (Albergaria-a-Velha) felicitou o Presidente do CI pela intervenção na conferência sobre transportes, realizada em Braga. Questionou a abrangência e as exceções dos contratos interadministrativos de transportes, tendo conhecimento que na CIRA a maioria dos Municípios já delegou. Referiu que a CIRA foi das primeiras a lançar o pré-anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, questionando a duração de 5 anos. Entende que se queremos uma rede com qualidade teremos de exigir melhor qualidade do serviço, permitindo ao operador amortizar os investimentos, com mais tempo de contrato. Questionou, igualmente, se o concurso será dividido por lotes, considerando as diferenças do nosso território e qual o valor do fundo para o serviço de transportes.



António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que estando a decorrer um processo de descentralização ao qual os Municípios foram chamados a participar e tendo a perceção que uma das áreas mais preocupantes é a saúde, solicitou informações do que está a ser feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Questionou quais as soluções para repor serviços fundamentais para as populações, que sempre tiveram acesso e deixaram de ter.

O Presidente da Mesa registou as propostas para a revisão do Regimento. Relativamente ao pagamento de senhas de presença nas reuniões extraordinárias, solicitou ao Secretário Executivo Intermunicipal um pedido de parecer à CCDR do Centro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que relativamente às questões da saúde a CIRA tem uma atitude de trabalho permanente e preside ao Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga. Reiterou o compromisso de enviar a todos o estudo para a estratégia e futuro do CHBV. Referiu que há problemas muito difíceis de ultrapassar nesta área e defende uma descentralização mais extensa. Informou que na próxima reunião do Conselho Intermunicipal estará o Dr. Pedro Almeida, para discutir dois dossiers, designadamente, a cooperação entre o ACeS - Municípios e a rede de prestação de cuidados.

Miguel Oliveira (Oliveira do Bairro) solicitou informação do que está a ser feito na CIRA sobre os contratos de concessão de energia.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) referiu que nas freguesias periféricas não há centros de saúde a funcionar e que a ligação da clínica de São João de Loure a Horta não tem passeios, apelando à cooperação entre o Município de Aveiro e o de Albergaria-a-Velha para o desenvolvimento de um projeto e respetiva obra.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a negociação da concessão de energia está a ser efetuada no âmbito da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. Neste momento decorrem conferências, por acordo entre a ANMP e a entidade reguladora, para melhor compreender este dossiê, para os Municípios se capacitarem, uma vez que o nível de impreparação é muito alto. Referiu que é preciso pensar na defesa dos territórios que não têm massa crítica para serem aliciantes neste concurso.

Sobre a rede de cuidados primários referiu que, neste momento, Albergaria-a-Velha é o Município com os problemas mais graves. O diagnóstico está feito, mas não há soluções. Registou a proposta de parceria para a questão de São João de Loure, que se procurará resolver.

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro:

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou a inauguração do Parque de Ciência e Inovação, participado no seu capital e na sua administração pela CIRA. É uma capacidade e um instrumento que existe e está ao dispor da Região, num investimento de quase 20 milhões de euros.

Sobre a Gestão da Floresta, referiu que tem sido um dossiê com uma dedicação especial, com muita atenção e trabalho, com propostas concretas, em ligação à Proteção Civil, estando-se num processo de negociação com o Governo. Reiterou o maior empenho em criar capacidade adicional para contribuímos para a melhor gestão deste dossiê.

Relativamente ao CIROA – Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais, referiu que foi adjudicado o projeto de execução, para os polos de Águeda, Aveiro e Ovar, juntando-se ao polo de Ílhavo.

Sobre o Baixo Vouga Lagunar informou a adjudicação da Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe, bem como a preparação do processo para o visto do Tribunal de Contas.

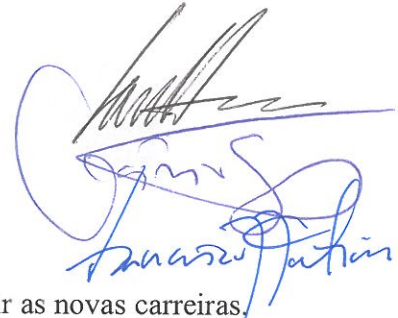
Inscreveram-se para usar da palavra:

Diana Paiva (Sever do Vouga) manifestou preocupação com a gestão das florestas e a criação da fábrica de biomassa, com o problema dos sobrantes, nomeadamente para a população mais idosa e sem recursos, questionando o que se vai fazer aos sobrantes.

José Matos (Estarreja) referiu-se ao despacho da criação da Brigada de Sapadores e questionou se estará pronta no verão e se vão ser adquiridas máquinas. Se sim, se estas vão estar ao serviço, em exclusivo, das Brigadas ou poderão ser emprestadas aos Municípios.

O Presidente do CI informou a ideia partilhada com o Secretário de Estado das Florestas e apresentada ao Governo, de que se há a oportunidade do financiamento à criação das Brigadas de Sapadores e de aquisição das máquinas, importa não esquecer os demais custos futuros destas estruturas. Referiu a importância de termos uma Central de Biomassa que tenha sustentabilidade, em termos técnicos e financeiros, sendo equacionada em parceria com uma unidade privada, com capacidade instalada, para baixar os custos de operação.

Relativamente aos transportes é um processo da maior importância para os territórios e para as populações. Informou que quem tinha a competência nacional, não geria e o primeiro



trabalho foi fazer o levantamento do que existe. Estamos na fase de definir as novas carreiras. O Município de Aveiro não integrou a delegação de competência, mas fará um protocolo de cooperação e lidera a coordenação deste dossiê. O Município de Águeda está a avaliar se integrará. Informou que iremos contratar um estudo para equacionar o transporte a pedido. Referiu que o pré-anúncio no JOUE é meramente indicativo, não é vinculativo, não estando tomada nenhuma decisão sobre a duração do contrato ou sobre lotes.

Sobre o ECOMARE referiu que é uma operação muito importante da Universidade de Aveiro, que tem uma componente que se contratualizou com o Município de Ílhavo e uma componente supletiva com a CIRA. Informou que os técnicos gestores levantaram um conjunto de grandes restrições às visitas e que a componente da visitação está a ser trabalhada em termos técnicos, no respeito pelas condições dos animais. A componente expositiva foi considerada não elegível na aprovação da candidatura e a UA está a procurar financiamento. A intervenção da CIRA no processo aparecerá mais tarde, como promotor.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2017 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017:

O Presidente do Conselho Intermunicipal apresentou sucintamente o documento, referindo que foi um ano de muito trabalho na execução dos compromissos contratualizados com os Fundos Comunitários.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Carlos Alves (Estarreja) questionou a baixa taxa de execução e a razão das contas não estarem certificadas.

O Presidente do CI informou que a baixa taxa de execução está relacionada com a operação Polis Litoral Ria de Aveiro. Informou que esta é a última prestação de contas sem certificação, uma vez que o processo de contratação já foi desencadeado e a conta de 2018 já terá certificação.

Prestação de Contas 2017 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017, aprovada por maioria, com dez abstenções, dos membros João Cândido da Rocha Bernardo, Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva, António Jorge Pereira de Oliveira, António

Pedro Oliveira Martins, Sara Sandra Resende Tavares, Fernando Manuel Martins Nogueira, Pedro Machado Pires da Rosa, José Luís da Silva Almeida, David Faria Pereira Oliveira e Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira.

Ponto 3 – Declaração de Recebimentos e Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2017 e Declaração de Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017:

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se trata de um ponto de situação, que temos de dar conhecimento à Assembleia Intermunicipal.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Hilário Santos (Águeda) questionou que documento é este.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a CIRA tem um conjunto de contas abertas com os Municípios, de comparticipação nos vários projetos. A outra questão está relacionada com a realização do capital social da Polis, onde há dívidas e acertos de contas entre os Municípios.

Tomado conhecimento da Declaração de Recebimentos e Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2017 e Declaração de Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017.

Ponto 4 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até fevereiro de 2018:

O Presidente do CI referiu que se trata de prestar contas da delegação de competências pedida à Assembleia.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Miguel Oliveira (Águeda) referiu que se verifica que há dois compromissos cuja data de início do contrato é coincidente num caso e anterior noutro, à data da aprovação da autorização genérica desta Assembleia, solicitando esclarecimentos.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que não há qualquer desfasamento, uma vez que o pedido é feito no final de cada ano civil, para ser executada durante o todo o ano, de forma contínua.

Tomado conhecimento da Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até fevereiro de 2018.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2018:

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a revisão é clara e está ao dispor para os devidos esclarecimentos.

Não houve pedido para o uso da palavra.

1ª Revisão à GOP e Orçamento 2018, aprovada por maioria, com nove abstenções, dos membros João Cândido da Rocha Bernardo, Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins, Sara Sandra Resende Tavares, Fernando Manuel Martins Nogueira, Pedro Machado Pires da Rosa, José Luís da Silva Almeida e David Faria Pereira Oliveira.

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2018:

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que está ao dispor para os necessários esclarecimentos.

Inscreeveram-se para usar da palavra:

António Monteiro (Sever do Vouga) recordou que está a decorrer o Processo de Regularização de Vínculos Precários e questionou se este tem impacto na CIRA.

José Almeida (Sever do Vouga) pediu esclarecimentos sobre os postos de trabalho, questionando se é uma transformação de postos de trabalho a termo para postos de trabalho de tempo indeterminado.

O Presidente do Conselho Intermunicipal confirmou que estão em causa sete lugares no âmbito do Programa de Regularização de Vínculos Precários.

Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2018, aprovada por unanimidade.

Ponto 7 - Relatório Anual 2017 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão:

O Presidente do CI informou que esta é uma entidade que corre poucos riscos, embora com o crescimento de atividade estamos sujeitos a mais riscos.

Inscreeveram-se para usar da palavra:

Fernando Nogueira (Aveiro) referiu a falta da categoria “parcialmente executada” nas categorias de análise de execução, sugerindo a sua integração, aumentando o nível de transparência.

O Presidente do CI informou o acolhimento da sugestão.

Tomado conhecimento do Relatório Anual 2017 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

Ponto 8 - Apreciação e Votação da Proposta de Nomeação do Auditor Externo responsável pela Certificação Legal de Contas:

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que este é um instrumento necessário para cumprirmos a certificação de contas de 2018.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Carlos Alves (Estarreja) considerou que, após leitura da lei, pede-se ao órgão deliberativo a nomeação do auditor externo, sob proposta do órgão executivo. Solicitou esclarecimentos sobre os procedimentos tomados-

O Presidente do CI informou que foi um ajuste direto, com consulta a 3 entidades, num ato formal desenvolvido para a escolha do auditor externo, estando ao dispor para consulta.

Miguel Oliveira (Águeda) solicitou que, de futuro, sejam enviados todos os documentos necessários e suficientes à deliberação.

O Presidente do Conselho Intermunicipal solicitou ao Presidente da Mesa que retire o ponto da Ordem de Trabalhos, caso os Membros não se sintam confortáveis para deliberar. Foi entendimento que a Assembleia Intermunicipal só tinha de nomear e que não era necessário enviar esses documentos, manifestando a disponibilidade para os enviar a quem o solicitar.

Proposta de Nomeação do Auditor Externo responsável pela Certificação Legal de Contas, aprovada por maioria, com seis abstenções, dos membros António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins, Sara Sandra Resende Tavares, Fernando Manuel Martins Nogueira, Pedro Machado Pires da Rosa e Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira.

Pires da Rosa (Aveiro) fez uma declaração de voto: referiu que a abstenção não tem a ver com a desconfiança do processo, mas falta a peça processual e não pode votar a favor.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2, 5, 6 e 8.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Região
de
Aveiro

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Francisco José de Oliveira Martins

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Mário José Costa da Silva

